

ISSN 2319-068X
Campo Grande/MS
dezembro/2021

Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul



ESAP
Mato Grosso do Sul

Escola Superior da
Advocacia Pública



PGE
Mato Grosso do Sul

Procuradoria-Geral
do Estado

Edição n. **17**

**REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
Escola Superior da Advocacia Pública

Edição n. 17 - Campo Grande-MS, dezembro/2021
Versão corrigida janeiro/2022



ISSN 2319-068X

Revista da PGE/MS	Campo Grande	n. 17	p. 1-403	dez/2021
-------------------	--------------	-------	----------	----------

REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Escola Superior da Advocacia Pública

Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n
Parque dos Poderes, Bloco IV, 79031-310 - Campo Grande-MS
esap@pge.ms.gov.br

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO

Fabíola Marquetti Sanches Rahim

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DO CONTENCIOSO

Márcio André Batista de Arruda

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO DO CONSULTIVO

Ivanildo Silva da Costa

CORREGEDORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Carla Cardoso Nunes da Cunha

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DA ADVOCACIA PÚBLICA

Ludmila dos Santos Russi

COMISSÃO EDITORIAL

Editora: Ludmila dos Santos Russi

Caio Gama Mascarenhas

Carlo Fabrízio Campanile Braga

Cristiane da Costa Carvalho

Fábio Jun Capucho

Julizar Barbosa Trindade Junior

Kemi Helena Bomor Maro

Shandor Torok Moreira

Ulisses Schwarz Viana

Diagramação: Cássia Mara Fontoura Rocha

Design Gráfico (Coordenadoria de Inteligência e Gestão Estratégica): Guido Brey Júnior

Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul

Edição n. 17 (dezembro/2021)

Anual

ISSN 2319-068X

1979-1987 (1-9)

2002-2006 (10-13)

2013 (14)

2020 (15)

2021 (16)

CDU 34(05)

As opiniões emitidas pelos autores são de sua exclusiva responsabilidade, não representando, necessariamente, o entendimento da PGE e/ou da ESAP.

Fica vedada a terceiros a reprodução total ou parcial do conteúdo da Revista da PGE/MS, sem prévia e formal decisão autorizativa da Comissão Editorial, a qual deverá estar embasada em autorização por escrito do autor do trabalho, para fins de repasse do conteúdo.

Procuradores do Estado - Ativos

1. Adalberto Neves Miranda
2. André Lopes Carvalho
3. Adriano Aparecido Arrias de Lima
4. Ana Carolina Ali Garcia
5. Ana Paula Ribeiro Costa
6. Antônio de Souza Ramos Filho
7. Arlethe Maria de Souza
8. Caio Gama Mascarenhas
9. Carina Souza Cardoso
10. Carla Cardoso Nunes da Cunha
11. Carlo Fabrizio Campanile Braga
12. Christiana Puga de Barcelos
13. Cláudia Elaine Novaes Assumpção Paniago
14. Cristiane da Costa Carvalho
15. Cristiane Müller Dantas
16. Daniela Corrêa Basmage
17. Denis Cleiber Miyashiro Castilho
18. Doriane Gomes Chamorro
19. Eimar Souza Schröder Rosa
20. Fabio Hilário Martinez de Oliveira
21. Fábio Jun Capucho
22. Fabíola Marquetti Sanches Rahim
23. Felipe Marcelo Gimenez
24. Fernando César Caurim Zanele
25. Gustavo Machado Di Tommaso Bastos
26. Itaneide Cabral Ramos
27. Henri Dhoughlas Ramalho
28. Ivanildo Silva da Costa
29. Jaime Caldeira Jhunyor
30. João Cláudio dos Santos
31. Jordana Pereira Lopes Goulart
32. José Aparecido Barcello de Lima
33. José Wilson Ramos Costa Júnior
34. Jucelino Oliveira da Rocha
35. Judith Amaral Lageano
36. Juliana Nunes Matos Ayres
37. Julizar Barbosa Trindade Junior
38. Kaoye Guazina Oshiro
39. Karpov Gomes Silva
40. Kemi Helena Bomor Maro
41. Leandro Pedro de Melo
42. Leonardo Campos Soares da Fonseca
43. Lidiane Cristina Cornaccini Salesse Lorenzoni
44. Ludmila Santos Russi
45. Luis Paulo dos Reis
46. Luiza Iara Borges Daniel
47. Marcela Gaspar Pedrazzoli
48. Márcio André Batista de Arruda
49. Marcos Costa Vianna Moog
50. Maria Fernanda Carli de Freitas
51. Maria Sueni de Oliveira
52. Mariana Andrade Vieira
53. Mário Akatsuka Junior
54. Natalie Brito Garcia
55. Nathália dos Santos Paes de Barros
56. Néelson Mendes Fontoura Júnior
57. Nilton Kiyoshi Kurachi
58. Norton Riffel Camatte
59. Oslei Bega Junior
60. Pablo Henrique Garcete Schrader
61. Patrícia Figueiredo Teles
62. Paulo César Branquinho
63. Pedro Henrique da Silva Mello
64. Rafael Antônio Mauá Timóteo
65. Rafael Coldibelli Francisco
66. Rafael Henrique Silva Brasil
67. Rafael Koehler Sanson
68. Rafael Saad Peron
69. Renata Corona Zuconelli
70. Renato Maia Pereira
71. Renato Woolley de Carvalho Martins
72. Rodrigo Campos Zequim
73. Rodrigo Silva Lacerda César
74. Rômulo Augustus Sugihara Miranda
75. Samara Magalhães de Carvalho
76. Sarah Filgueiras Monte Alegre de Andrade e Silva

- | | |
|------------------------------------|--|
| 77. Senise Freire Chacha | 84. Vaneli Fabrício de Jesus |
| 78. Sérgio Willian Anníbal | 85. Vanessa de Mesquita |
| 79. Shandor Torok Moreira | 86. Vinícius Spindola Campelo |
| 80. Sibeles Cristina Boger Feitosa | 87. Virgínia Helena Leite |
| 81. Suleimar Sousa Schröder Rosa | 88. Vitor André de Matos Rocha Martinez Vila |
| 82. Thais Gaspar | 89. Wagner Moreira Garcia |
| 83. Ulisses Schwarz Viana | 90. Wilson Maingué Neto |

Relação dos Procuradores do Estado - Aposentados

- | | |
|--|--|
| 1. Bernadete de Fátima Ferreira de Souza Alves | 9. Maria Celeste da Costa e Silva |
| 2. Elide Rigon | 10. Maria Madalena Santos |
| 3. Eurildo Vieira Benjamim | 11. Neusa Miranda e Silva |
| 4. Francisco de Paula e Silva | 12. Regina Lúcia de Almeida e Souza |
| 5. José Luis de Aquino Amorim | 13. Sandra Calligaris Baís |
| 6. Lúcia Helena da Silva | 14. Sônia Tomás de Oliveira e Silva |
| 7. Lúcio Henrique Melke Bittar | 15. Vera Luísa de Queiroz Rodrigues da Cunha |
| 8. Manuel Ferreira da Costa Moreira | 16. Waleska Assis de Souza |

Relação dos Procuradores do Estado - Falecidos

- | | |
|---|----------------------------------|
| 1. Acir Pires | 6. João Olegário Figueiredo |
| 2. Alberto Swards Lucchesi | 7. Nei Juarez Ribas |
| 3. Candemar Cecílio Fechner Victório | 8. Olímpio dos Santos Nascimento |
| 4. Francisco Antônio dos Santos e Silva | 9. Ricardo Nascimento Araújo |
| 5. Jerônimo Olinto de Almeida | |

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Fabiola Marquetti Sanches Rahim</i>	<i>10</i>
ARTIGOS	11
A ADMISSIBILIDADE DE PROVAS ATÍPICAS NO PROCESSO CIVIL COOPERATIVO <i>Alexandre Branco Pucci</i>	<i>12</i>
A RESPONSABILIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO PELAS DÍVIDAS JUDICIAIS DE- CORRENTES DE ATOS DOS DEMAIS PODERES AUTÔNOMOS <i>Amanda Verão Mazina</i>	<i>23</i>
O CPC/2015 E O MICROSSISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO <i>Fabrizio Thomázio Guimarães da Silva & Vinicius Pinheiro Marques</i>	<i>38</i>
PODERES EMERGENCIAIS DIANTE DE UMA SOCIEDADE COMPLEXA <i>Filipe Xavier Ribeiro</i>	<i>59</i>
A JUDICIALIZAÇÃO E OS LIMITES DO DIREITO À SAÚDE EM FACE DOS ENTES DA FEDERAÇÃO <i>Gleison do Prado de Oliveira & Heloisa Cristina Luiz Cappellari</i>	<i>77</i>
A ADEQUAÇÃO DO ENTENDIMENTO JUDICIAL À NOVA LEI DE LICITAÇÕES NOS CASOS DE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VALORAÇÃO PROBA- TÓRIA DA CULPA IN VIGILANDO <i>Ingrid Luíze Bonadiman Arakaki</i>	<i>94</i>
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - ANPC <i>Julizar Barbosa Trindade Júnior</i>	<i>108</i>
A ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS APÓS A LEI Nº. 13.129/2015 <i>Larissa Alderete Betio de Oliveira</i>	<i>132</i>
A DENÚNCIAÇÃO DA LIDE AO AGENTE PÚBLICO EM AÇÕES INDENIZATÓRIAS COMO MEDIDA DE EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL <i>Mateus Simioni de Bittencourt & Arthur Sombra Sales Campos</i>	<i>151</i>
A OBSERVÂNCIA DE TESES FIRMADAS EM REPERCUSSÃO GERAL PELA ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA <i>Nathália dos Santos Paes de Barros</i>	<i>166</i>
DA HIPÓTESE DE NÃO OBSERVÂNCIA DE PRECEDENTE OBRIGATÓRIO FIRMADO PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM JULGAMENTOS DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO REPETITIVOS, POR PARTE DOS JUÍZES E TRIBUNAIS, EM SEDE	

DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO: APLICAÇÃO DIRETA DO ART. 1.041, E ART. 1.030, V, C,
AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
Pablo Henrique Garcete Schrader..... 177

AUDIÊNCIA VIRTUAL COM AUXÍLIO DA VIDEOCONFERÊNCIA
Anselmo Prieto Alvarez & Norberto Oya 199

CAPACITAÇÃO DE PROCURADORES DO ESTADO 199

COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS (DISPUTE RESOLUTION BOARDS) E SUA
APLICABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ABORDAGEM DE RESOLUÇÃO
DE CONFLITOS COM ALICERCE NA EFICIÊNCIA E CONSENSUALIDADE.
Adriano Aparecido Arrias de Lima 202

ESPECIFICIDADE DA ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O PRINCÍPIO
DA PUBLICIDADE E A CONFIDENCIALIDADE DO PROCEDIMENTO ARBITRAL.
Doriane Gomes Chamorro 221

AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS DE MASSA DE TRÂNSITO NO ÂMBITO DAS
PROCURADORIAS-GERAIS DOS ESTADOS
José Wilson Ramos Costa Júnior 238

A POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL/LEGAL DA MEDIAÇÃO VIA TRANSAÇÃO NA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO
Jucelino Oliveira da Rocha 246

A REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO POR MEIO DA SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CON-
FLITOS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE SAÚDE
Kaoye Guazina Oshiro..... 264

ACORDO DIRETO EM PRECATÓRIO: A INDEVIDA LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL
DO DESÁGIO EM 40%
Kemi Helena Bomor Maro 274

O PAPEL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO COMO VETOR PARA INCLUSÃO
DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA
Lidiane Cristina Cornaccini Sallesse Lorenzoni 287

SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UM NOVO PARADIGMA PRINCIPIOLÓGICO
Luiza Iara Borges Daniel..... 308

OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE ENVOLVEM A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA SEARA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL: DESAFIOS
E PERSPECTIVAS EM BUSCA DA EFETIVIDADE.
Senise Freire Chacha 328

OS COMITÊS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (CRD) E SUA UTILIZAÇÃO NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO NO BRASIL – ANÁLISE SOBRE A VIABILIDADE JURÍDICA E ADEQUAÇÃO

Carlo Fabrizio Campanile Braga 347

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ludmila dos Santos Russi 373

AUDIÊNCIA VIRTUAL COM AUXÍLIO DA VIDEOCONFERÊNCIA¹

Anselmo Prieto Alvarez & Norberto Oya 390

1 Não constou na primeira versão por erro de editoração, incluído na segunda para correção



ESAP

Mato Grosso do Sul

Escola Superior da
Advocacia Pública



PGE

Mato Grosso do Sul

Procuradoria-Geral
do Estado

APRESENTAÇÃO

Em mais um ano marcado por grandes desafios, a Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul oferta à comunidade jurídica exemplar de sua revista eletrônica, trazendo nesta edição artigos sobre temas relevantes relacionados à atividade da advocacia pública, ao processo civil, à nova lei de licitações, entre outros.

Graças à heterogeneidade dos autores é possível ter à disposição para leitura, artigos que ilustram diferentes perspectivas jurídicas, agregando o diálogo entre os operadores jurídicos.

Ainda como forma de comunicar à sociedade o resultado de recente capacitação de Procuradores do Estado em mediação, conciliação e arbitragem, com recursos do PROFISCO II, esta edição inclui o trabalho de conclusão de curso dos participantes demonstrando a vantajosidade para o Poder Público na adoção de mecanismos alternativos de resolução de conflitos.

Também é apresentado nesta edição, artigo referente à necessidade de fortalecimento do sistema de gestão de pessoas nas organizações públicas, focado num modelo de gestão por competência, com vistas à concretização do planejamento estratégico institucional.

Convidamos o leitor a participar conosco e usufruir da obra, que pretende contribuir ao debate jurídico e ao fomento de novos estudos sobre o Direito.

Fabíola Marquetti Sanches Rahim

Procuradora-Geral do Estado